

A BNCC NO LIVRO DIDÁTICO: UM OLHAR SOCIOLINGÜÍSTICO

Luana Aparecida Matos Leal Fernandes (IFNMG)

luamatosleal@gmail.com

Patrícia de Carvalho Pires (UESB)

patycpires@hotmail.com

Nádima Silva Queiroz (UNIMONTES)

nadimasilva2018@gmail.com

Maria Fernanda P. Araújo (UNIMONTES)

nandap16araujo@gmail.com

RESUMO

A teoria Sociolinguística pressupõe que, no ensino de Língua Portuguesa, as variações da língua sejam trabalhadas em sala de aula, para que o aluno reconheça as relações heterogêneas entre língua e sociedade. Um dos recursos orientadores para essa discussão é o livro didático, o qual continua sendo um dos principais instrumentos de trabalho do professor para atividades de leitura, escrita e estudo dos aspectos gramaticais da língua, mesmo com o avanço das tecnologias e uma inserção de distintas metodologias de trabalho na sala de aula, especialmente, no contexto de ensino remoto, mediado pelas tecnologias digitais. Diante dessas reflexões, neste trabalho, a partir da perspectiva sociolinguística, propomo-nos a investigar se as orientações preconizadas pelos documentos reguladores, no que diz respeito às variações da língua, estão contempladas nos livros didáticos. Para isso, objetivamos analisar livros didáticos de Língua Portuguesa adotados por escolas de educação básica do município de Espinosa-MG, nas séries finais do Ensino Fundamental. Fundamentando-nos em Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2008 [1972]), analisamos e comparamos como esses materiais foram e são elaborados antes e após a implementação da atual BNCC (BRASIL, 2017). Para tanto, trazemos a coleção intitulada *Tecendo Linguagens*, edição 2015, aprovada no PNLD 2017, e a edição 2018, da mesma coleção, aprovada no PNLD 2020. Nesse diálogo, procuramos propiciar uma reflexão acerca da diversidade linguística e da sua aplicação nos livros didáticos, os quais se constituem como um dos principais materiais de apoio à prática pedagógica.

Palavras-chave:

BNCC. Livro didático. Variação linguística.

ABSTRACT

Sociolinguistic theory presupposes that, in Portuguese Language teaching, language variations are worked out in the classroom, so that the student recognizes the heterogeneous relations between language and society. One of the guiding resources for this discussion is the textbook, which continues to be one of the main working tools of the teacher for reading, writing and studying the grammatical aspects of the language, even with the advancement of technologies and an insertion of distinct work methodologies in the classroom, especially in the context of remote teaching, mediated

by digital technologies. In view of these reflections, in this work, from a sociolinguistic perspective, we propose to investigate whether the guidelines recommended by regulatory documents, with regard to language variations, are included in textbooks. For this, we aimed to analyze Portuguese language textbooks adopted by basic education schools in the city of Espinosa-MG, in the final grades of elementary school. Based on Weirenrech, Labov and Herzog (2006 [1968]) and Labov (2008 [1972]), we analyze and compare how these materials were and are prepared before and after the implementation of the current BNCC (BRASIL, 2017). For this purpose, we bring the collection entitled *Tecendo Linguagens*, 2015 edition, approved at PNLD 2017, and the 2018 edition, from the same collection, approved at PNLD 2020. In this dialogue, we seek to provide a reflection on linguistic diversity and its application in textbooks, which constitute one of the main support materials for pedagogical practice.

Keywords:

BNCC. Textbook. Linguistic variation.

1. Introdução

Ao longo da educação básica, diferentes concepções norteiam o trabalho com a Língua Portuguesa, seja em relação ao ensino de leitura e de escrita, seja sobre os aspectos linguísticos da fala e da escrita. Nesse sentido, destaca-se a reflexão sobre a prática pedagógica no que diz respeito à relação entre a variação linguística e o ensino de língua materna. Isso porque, embora os estudos sobre variação, especialmente àqueles relacionados à Sociolinguística, estejam presentes nos documentos reguladores do currículo escolar no país, a prática escolar, muitas vezes, denuncia as dificuldades de um trabalho que, de fato, reconheça as variedades linguísticas como marcas de uma identidade social e cultural dos falantes.

Nessa perspectiva, ao olharmos para o ensino de língua materna em sala de aula, destacamos a importância do trabalho com o livro didático de Língua Portuguesa nesse processo de reconhecimento das variedades linguísticas. Desse modo, procuramos refletir sobre as convergências e as divergências entre as noções acerca de língua, gramática, variação e mudança linguística que perpassam o livro didático a partir das orientações para o ensino de Língua Portuguesa presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante, PCN) para o Ensino Fundamental - anos finais, bem como na proposta da Base Nacional Comum Curricular (doravante, BNCC). Considerando que ambos os documentos citados têm como objetivo subsidiar a elaboração do currículo para a educação básica em diferentes momentos históricos do país, embora não sejam substitutivos, partimos das normativas neles apresentadas e verificamos

de que modo os livros didáticos abordam a variação e orientam o trabalho do professor.

Para esse estudo, trabalhamos com duas coleções do mesmo livro didático de Língua Portuguesa, séries finais do ensino fundamental, aprovadas, respectivamente, nas edições do PNLD de 2017 e de 2020, adotadas nas escolas estaduais do município de Espinosa-MG. Nas análises, além de discutirmos sobre como os referidos livros tratam da temática da variação, problematizamos sobre a forma como cada edição atende e/ou procura atender às determinações dos documentos oficiais. Mais especificamente, refletimos sobre o impacto desses documentos reguladores, os quais se configuram como instrumentos de gestão que encaminham a construção de propostas curriculares, na elaboração do livro didático.

Com o propósito de atender ao que objetivamos nesta pesquisa, dividimos o presente trabalho, além dessa *Introdução*, em 5 (cinco) seções. São elas: A teoria Sociolinguística e o estudo da língua; Ensino e variação: o que dizem os documentos reguladores; O ensino de Língua Portuguesa: o lugar do livro didático; Análise do livro didático: presença da variação linguística antes e após a BNCC; Considerações finais: tecendo reflexões sobre a prática escolar, seguida, por fim, das Referências Bibliográficas.

2. A teoria Sociolinguística e o estudo da língua

Os estudos sobre a língua portuguesa são essenciais para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que entender o funcionamento da língua permite ao estudante desenvolver distintas habilidades, tais como: a capacidade de escrever, ler, compreender, interpretar os diversos textos e agir diante das distintas situações do cotidiano, bem como desenvolver as habilidades da fala e da escrita.

Diante disso, o olhar lançado para as variedades da língua como traço cultural dos falantes brasileiros vem sendo proposto no âmbito educacional, possibilitando, assim, em sala de aula, a iniciativa de inserir uma nova percepção sobre língua e sociedade já que “(...) as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes” (CALVET, 2002, p. 12). É nesse sentido que os estudiosos da língua, entre eles os sociolinguistas, destacam a importân-

cia do reconhecimento, do respeito e da valorização da diversidade da língua.

Essa perspectiva não consiste em excluir a norma de referência, pelo contrário, reconhece a importância de promover o ensino da norma culta relacionando-a ao português falado do país. Oportunizar um novo olhar para as variedades da língua possibilita um ensino que possa romper com a atribuição negativa sobre a variação, uma vez que a variação linguística, muitas vezes, é classificada, segundo Faraco (2020), como marca de inferioridade intelectual e social dos usuários. Isso significa dizer que, ao considerar a língua como uma instituição homogênea e estática, expondo o padrão culto como única variedade a ser usada, reforça-se a intolerância linguística que, segundo Leite (2008), é a “(...) discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do outro: é um não-gostar, um achar-feio ou achar-errado um uso ou uma língua (...)” (LEITE, 2008, p. 24).

Posto isso, a proposta da Sociolinguística sobre a diversidade linguística promove a reflexão - por meio dos estudos da linguagem - de que as variedades da língua expõem a identidade dos indivíduos, revelando os aspectos históricos, socioeconômicos e culturais em que estão inseridos (WEIRENRECH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). Sob essa perspectiva, Labov (2008 [1972]) afirma que não é possível estudar a língua sem considerar sua relação com o sujeito, ou seja, não é possível desenvolver as competências linguísticas e discursivas sem considerar o falante e o contexto social a que ele pertence. Nesse sentido, apresentar a variação como uma construção linguística, que se determina pela região onde o sujeito mora e pelos fatores relacionados ao grau de escolaridade, sexo, situação socioeconômica e o contexto em que está inserido, possibilita ao aluno refletir sobre a diversidade linguística como traço de uma sociedade heterogênea.

Diante do exposto, reiteramos que a variação da língua é inerente aos falantes, inclusive, os brasileiros, isto é, a diversidade linguística é marca intrínseca do Português falado no Brasil, portanto, adotar o olhar sociolinguístico para as variedades da língua em sala de aula contribui para o desenvolvimento e a implementação de estratégias e práticas pedagógicas que possibilitem romper com o paradigma de que a variação significa erro de português, permitindo – tanto ao docente quanto ao discente – considerar a diversidade linguística como “(...) uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico” (ALKMIM, 2012, p. 35), que merece ser estudado e não como um problema a ser resolvido.

3. *Ensino e variação: o que dizem os documentos reguladores*

A rede básica de ensino dispõe de alguns documentos reguladores que se propõem a guiar o trabalho dos professores em sala de aula e garantir aos estudantes os conhecimentos necessários ao exercício da cidadania. Sendo assim, as escolas, tanto da rede pública quanto da rede privada, utilizam esses documentos como referência para elaboração de currículos e programas. Um desses documentos, os PCN, são assim definidos, institucionalmente:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações [...] (BRASIL, 1997, p. 13)

Dessa forma, os PCN buscam garantir que haja uma coerência dos investimentos no sistema educacional, bem como contribuem para que os professores recebam recomendações padronizadas sobre o ensino. No que se refere à importância de a escola trabalhar a variação linguística, destaca-se, nos PCN de Língua Portuguesa, a seguinte compreensão:

Frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística. Desse modo, não pode tratar as variedades linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela gramática tradicional e das formas diferentes daquelas que se fixaram na escrita como se fossem desvios ou incorreções (BRASIL, 1998, p. 82)

Por esse entendimento, as instituições de ensino devem trabalhar com as variações linguísticas, com intuito de prevenir as discriminações e os preconceitos linguísticos. A escola deve utilizar a norma padrão da língua portuguesa brasileira, mas não a colocando como a forma única e correta de falar e escrever, ao contrário, é necessária uma abordagem sobre as variedades da língua, de forma que se respeitem essas diferentes maneiras de se comunicar.

Na mesma perspectiva reguladora, a BNCC “(...) é um documento normativo que prescreve as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo de toda a Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 9). Possui o encargo de orientar as aprendizagens que os alunos devem desenvolver nas escolas, desde a educação infantil até o ensino médio. De modo geral, define o conjunto de competências e habilidades que são essenciais para a aprendizagem, devendo ser desen-

volvidas ao longo das etapas e modalidades da educação básica. Ademais, a BNCC mantém muitos dos princípios estabelecidos pelos PCN.

A BNCC tem, ainda, o objetivo de promover mais igualdade e equidade nos processos educacionais das escolas brasileiras. Dessa forma, procura garantir que os estudantes terminem a educação básica com as aprendizagens essenciais plenamente desenvolvidas, de acordo com as necessidades de cada um. Nessa perspectiva, o próprio documento se apresenta com tal função:

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017, p. 5)

Assim definido, esse documento torna-se de suma importância para a educação, pois orienta professores e demais profissionais da área sobre os caminhos que devem ser seguidos para promover e garantir um desenvolvimento cultural, cognitivo e social dos alunos. É organizado ao redor das cinco áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Religioso.

Didaticamente, no documento, são listadas dez competências gerais para as três etapas da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Essas competências são definidas como conceitos e procedimentos que devem ser desenvolvidos ao longo do processo educacional. Além disso, cada área do conhecimento possui suas competências específicas.

No que se refere às competências específicas para o ensino de linguagens do ensino fundamental, destacamos a primeira competência que lança um olhar sobre a língua, abordando-a como uma construção humana, uma identidade cultural e social de um povo, como forma de uma representação. Segundo a BNCC, é necessário

[...] compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais (BRASIL, 2017, p. 5)

Dessa forma, entendemos que a língua não é apenas um meio para comunicação; ela vai muito além disso; é, sobretudo, uma forma de representação cultural. Nesse sentido, a Base ainda menciona a importância

de, no espaço escolar, “(...) conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico” (BRASIL, 2017, p. 70). Essa menção está inteiramente ligada à primeira competência específica da área de linguagens, que compreende a língua como uma construção humana a qual está sujeita a diversas mudanças, diante da necessidade do falante.

Nesse sentido, é de suma importância destacar as competências específicas do componente curricular Língua Portuguesa, no que se refere à variação linguística. Sobre essa temática, destacamos que a primeira competência menciona que se deve compreender língua como um fenômeno cultural, histórico, social, heterogêneo, variável, que é moldada a partir das necessidades dos falantes, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem. Assim, optamos por compreender a língua a partir das postulações teóricas da Sociolinguística, que procura explicar a variação sistemática da língua em sociedade.

Ainda em relação ao ensino de língua, a quarta competência específica da língua portuguesa na BNCC promove o entendimento do fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa com as variações da língua e recusando o preconceito linguístico, o que, infelizmente, é muito recorrente no âmbito escolar. Para isso, no eixo da oralidade, o referido documento apresenta as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, o tratamento das práticas orais no campo da relação entre fala e escrita e promove uma reflexão sobre as variedades linguísticas adequando sua produção a esse contexto.

A Base aborda ainda, explicitamente, a variação articulada à análise linguística/semiótica no ensino fundamental, propondo conhecer algumas variações da língua portuguesa no Brasil, reconhecendo as suas diferenças fonológicas, lexicais e sintáticas, estudando seus efeitos semânticos. Além disso, promove discussões sobre as variações linguísticas, variedades prestigiadas ou estigmatizadas e sobre o preconceito linguístico que as envolve, refletindo de uma maneira crítica, com a finalidade de diminuir esse juízo de valor. Por essa visão da Base, percebemos que a abordagem sobre a variação linguística é assegurada por meio das práticas de linguagens e do trabalho propostos nos eixos de análise linguística/ semiótica e de oralidade.

Portanto, o estudo da variação linguística vai muito além das atividades de leitura e de escrita, já que, como evidenciado, a língua é uma construção humana, modificada para atender as necessidades do falante. Assim, a escola e os educadores devem estar atentos para desenvolver outras propostas pedagógicas a fim de propiciar o (re)conhecimento e explicar aos estudantes as variações da língua.

4. O ensino de Língua Portuguesa: o lugar do livro didático

Objeto de múltiplas facetas, o livro didático pode ser pesquisado como produto cultural, mercadoria ligada ao mundo editorial, suporte de conhecimentos escolares propostos pelos componentes curriculares, ou, ainda, como veículo de um sistema de valores, de uma ideologia ou de uma cultura. Sendo ainda um produto destinado ao consumo, o livro didático sofre a força do mercado editorial e, dessa forma, como uma espécie de empreendimento, passa por adaptações às exigências do mercado e dos órgãos reguladores das políticas educacionais vigentes no país em busca de uma maior aceitação pelo público consumidor.

Dentre essas adaptações, destacam-se as edições do layout, que são orientadas pelas representações formadas a partir do público consumidor: professores, alunos e governo; os conteúdos abordados e as metodologias adotadas em cada componente curricular. Com essa nova roupagem, o livro mantém seu lugar no contexto educacional, mesmo com o avanço das tecnologias e uma inserção de distintas metodologias de trabalho na sala de aula. Sendo assim, especialmente, no contexto de ensino remoto, mediado pelas tecnologias digitais, o livro didático continua sendo um dos principais instrumentos de trabalho do professor para atividades de leitura, escrita e estudo de conteúdo.

Mais especificamente em relação ao livro de Língua Portuguesa, neste trabalho, interrogamo-nos sobre o modo como as noções de língua, gramática e variações linguísticas são apresentadas e tratadas nos livros didáticos tendo em vista aquilo que é contemplado sobre esses conceitos nos documentos reguladores do currículo na educação básica. Para isso, é preciso considerar as propostas para o estudo da variação presentes em documentos como os PCN (1998), a BNCC (2017) e ainda as orientações que regem o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), as quais destacam a necessidade de respeitar as variedades regionais e sociais da língua. Dessa forma, precisamos olhar para o livro didático, consideran-

do as atividades elaboradas, os textos escolhidos e o modo como são dispostos, bem como toda a metodologia aplicada.

Dentro da perspectiva de um ensino que considere as variações da língua, Bortoni-Ricardo (2005) argumenta ser fundamental que escolas, alunos e professores se conscientizem de que “(...) existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15). Nesse sentido, compreendemos que a abordagem dada pelo livro didático a determinado modo de compreensão e de uso da língua tem um fator preponderante na relação que o aluno vai constituir com a língua e com os falantes, por isso é preciso estar atento à forma como esse material didático é apresentado e trabalhado nas escolas.

Essa constituição do livro didático, considerando a necessidade de abordar a variação linguística em sala de aula é defendida por alguns estudiosos no Brasil, e, aos poucos, tem sido incorporada na elaboração dos materiais didáticos, atendendo, inclusive, às exigências do PNLD. Sobre essa adequação, cabe destacarmos que, embora vejamos nos livros didáticos de Língua Portuguesa uma tentativa dessa abordagem, muitas vezes, ela aparece de forma estereotipada e com fins anedóticos, especialmente quando se trata da variação geográfica/regional. No que diz respeito à variação social, ainda encontramos mais impasses, uma vez que a noção de certo e errado e a valorização da norma padrão ainda são predominantes nos estudos da língua, desconsiderando as situações de uso e os falantes, o que pode gerar discriminação e preconceito.

De modo geral, o que notamos é que os materiais didáticos trazem discussões superficiais e pontuais sobre variação linguística com o objetivo de atender às exigências dos documentos reguladores do ensino de Língua Portuguesa, como os PCN, a BNCC e o próprio PNLD. Nessa reflexão, González (2015) salienta que

De modo geral, dada a concepção de livros didáticos como instrumentos estruturadores do ensino, intermediando as relações entre alunos, professores e conhecimento, surgida no Brasil dos anos 1960-1970 como reflexo da ampliação do acesso à escola pública, observa-se uma tendência entre os livros didáticos a tratar a variação linguística como conteúdo de ensino, do mesmo modo como eles vêm tratando a outros temas da educação linguística (GONZÁLEZ, 2015, p. 225)

Dessa maneira, vemos que apenas a presença de textos e atividades relacionadas à variação linguística nos livros didáticos não garante

que a abordagem seja feita de maneira a levar à compreensão sobre a importância de se reconhecer e respeitar as variações. Isso porque, na maioria das vezes, não encontramos o conteúdo e a reflexão, e sim, atividades de correção e reescrita de expressões consideradas erradas. É nesse sentido que se faz necessária uma atuação do professor como mediador nesse processo de reconhecimento da língua como uma experiência humana carregada de identidades que precisam ser reconhecidas também na escola.

5. *Análise do livro didático: presença da variação linguística antes e após a BNCC*

Diante das discussões realizadas e à luz das teorizações nas quais nos fundamentamos, passamos a apresentar as nossas leituras sobre a presença da variação linguística nos livros didáticos, tendo em vista as preconizações dos documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa. Conforme já pontuamos, lançamos nosso olhar para o modo como as variedades da língua e as questões de identidade a elas atreladas são apresentadas e exploradas nos livros escolhidos. Além disso, procuramos compreender de que forma as orientações preconizadas pelos documentos oficiais impactaram na elaboração desses materiais didáticos, e, ainda, verificar se houve alguma mudança no olhar para o ensino das variedades linguísticas nos livros, após a implementação da BNCC.

Para essa reflexão, analisamos a coleção *Tecendo Linguagens – 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental* (2018), manual do professor, adotada nas escolas estaduais de Espinosa, no PNLD 2020, em contraponto com a edição de 2015 da mesma coleção, aprovada no PNLD 2017, com o objetivo de observar e comparar como esses materiais foram e são elaborados antes e após a implementação da BNCC. Nessa análise, procuramos mostrar as seções em que a variação aparece, seja como um conteúdo a ser trabalhado, seja como um texto de apoio, seja como um material para atividades. Em todas essas ocorrências, discutimos sobre o modo como as noções de variação e mudança, bem como as ideias de preconceito e identidade cultural são abordadas e ensinadas.

Para isso, discutimos sobre o modo como a variação linguística está presente nesses materiais: nos textos, nas atividades e ainda nas orientações aos professores. Embora tenhamos como material de estudo as obras do 6º ao 9º ano das duas coleções, trazemos neste artigo, um recorte com as análises dos volumes do 6º e do 8º ano. Para discussão,

fazemos referência às atividades por meio das páginas dos livros e do ano de publicação de cada versão, assim como de imagens de algumas atividades específicas.

No livro do 6º ano do ensino fundamental, edição 2015, é possível observar a presença da variação linguística. Esse conteúdo é abordado por meio de gêneros textuais, como, por exemplo, na unidade II, em que é trabalhada a crônica de Carlos Drummond de Andrade intitulada “Na escola”. Logo após a leitura da crônica, o livro didático propõe, em uma seção específica, que o estudante faça uma reflexão sobre o uso da língua, abordando a variação linguística e os níveis de linguagem: formal e informal, como vemos na Figura 01, em que trazemos um trecho dessa atividade:

Figura 01: Trecho da atividade no livro didático do 6º ano (2015).

Reflexão sobre o uso da língua

Variedade linguística

1. Observe a maneira como um personagem do texto expôs sua opinião e responda às próximas questões. Professor, antes desta sequência, haverá uma sistematização a respeito da variação da língua mais prestigiada e das menos prestigiadas socialmente. Assim, os alunos compreenderão que a língua tem variedades. O texto do quadro **importante saber** oferece explicações sobre esse assunto.

A senhora vem de calça comprida, e a gente **aparecemos** de qualquer jeito.

As normas urbanas de prestigio destacam de maior prestigio politico, social e cultural, mas é fundamental que os alunos comencem a perceber que essa discussão não pode ser dada em termos de uso e norma social.

a) A construção destacada no trecho está de acordo com as regras gramaticais? Por quê?
Não, pois não há concordância verbal entre o sujeito 'a gente' e o verbo 'aparecemos'.

b) Construções como essa em destaque podem aparecer na fala das pessoas quando elas se comunicam? Por que você acha que isso acontece?
Preferencialmente em ambientes mais informais. Explicar a ideia de que há pessoas que usam uma variedade de língua que nem sempre segue as regras da norma padrão. É que, na fala, as pessoas podem, eventualmente, usar a língua sem as concordâncias previstas na norma padrão.

Fonte: OLIVEIRA; SILVA; SILVA; ARAUJO, 2015.

Nessa atividade, vê-se que a proposta do livro isola a reflexão sobre a variação da discussão do texto e traz a orientação da norma culta sobre o uso da expressão “a gente”. Um ponto de destaque é que, na mesma atividade, em um *box* intitulado “importante saber”, o livro traz uma discussão sobre as variedades da língua e as diferenças de uso. Nesse caso, o papel do professor na condução da atividade será fundamental, uma vez que ele pode enfatizar a discussão a partir das informações trazidas no *box* e não apenas na realização da atividade proposta.

Adiante, em outro capítulo, percebemos que a variação linguística é explorada também no gênero conto, pelo texto “Uma lição inesperada”, de João Azanello, o qual retrata sobre o preconceito linguístico. Nas

páginas 159 e 160, a variação linguística é trabalhada no gênero causo. Por meio do texto “Num rancho às margens do Rio Pardo”, os autores do livro pretendem que os alunos façam uma reflexão sobre a forma de falar do personagem que mora no interior, bem como propõem ao aluno que identifique no texto falas que mostram que o personagem usou expressões diferentes da linguagem culta. Em outra passagem do livro, nas páginas 220 a 222, a variação se torna presente em letras de canções populares, abordando a variação presente na fala da população que mora no interior.

Segundo os PCN, as escolas devem fazer uma “análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana, na mídia e nas artes, analisando depoimentos, filmes, peças de teatro, novelas televisivas, música popular, romances e poemas” (BRASIL, 1998, p. 82). Logo, percebemos que o livro procura atender às exigências dos PCN, pois utiliza de textos que permitem ao aluno analisarem a linguagem popular e cotidiana.

Em relação à análise feita no volume do 6º ano, após a BNCC, edição 2018, já no início do livro, constam páginas direcionadas às habilidades da BNCC, bem como, no interior do livro, temos informações a respeito da variação linguística.

Quanto à presença da variação nas atividades e nos textos, assim como na edição de 2015, encontramos a crônica “Na escola”, de Carlos Drummond de Andrade e o gênero causo. Nessas propostas, o livro explora os conceitos de linguagem formal e informal e ainda permite a reflexão sobre o uso da língua em diferentes situações e em distintos espaços do Brasil.

Cabe destacar, como vemos no recorte da Figura 02, a seguir, que, embora sejam trabalhados os mesmos textos e as mesmas atividades, o livro do 6º ano (edição 2018), traz, ao lado da atividade, orientações para que o professor possa explorar o material, considerando a temática da variação.

Figura 02: Trecho da atividade no livro didático do 6º ano (2018).

Habilidade (EF06LP55)

Variedade linguística

Atividade

1b. Acolha as hipóteses dos alunos. Explique a eles que há pessoas que usam uma variedade da língua em que há regras de concordância convencionadas de acordo com a norma-padrão. Mas que há também pessoas que usam uma variedade da língua que nem sempre segue as regras da norma-padrão. Aproveite para explicar que, quanto menor o acesso à escolaridade, maior a probabilidade de se desviar da norma-padrão, uma vez que, fora da escola, diminuem-se as oportunidades de conhecê-la e utilizá-la. Explique aos alunos que, por ser dinâmica, a língua passa por processos naturais de mudança e seu uso se modifica de acordo com a situação, variando conforme o tempo em que se vive, o lugar onde se mora, a idade, a circunstância em que a produzimos etc. A essas diferentes maneiras de uso da língua chamamos variedades linguísticas. Os falares urbanos que desfrutam de maior prestígio político, social e cultural são conhecidos como normas urbanas de prestígio ou variedades urbanas de prestígio e correspondem aos usos da língua mais associados à escrita, à tradição literária e a instituições como o Estado, a escola, as igrejas e a imprensa. Mas a língua pode se manifestar em outras variedades, ou seja, em outras maneiras de falar e escrever tão legítimas quanto as normas urbanas de prestígio. A norma-padrão é um modelo idealizado de língua correspondente a um conjunto de regras vinculadas, sobretudo, pela gramática normativa.

b) A professora agiu de forma adequada? Justifique sua resposta.

1b. A ironia consiste no uso de uma palavra para expressar o contrário do que se deseja dizer.

REFLEXÃO SOBRE O USO

Variedade linguística

1. Observe a maneira como um determinado grupo social se comunica. Responda:

a) A senhora vem de qual cidade? Como ela se comunica? Não, pois o quanto é possível, ela usa o português padrão. b) Construção corpórea? Inadequada. Como se comunica? Por que, sob a influência da ironia, ela usa o português padrão.

Linguagem formal e informal

1. No texto “Nã seceia”, analisar a linguagem formal e informal de comunicação. Verificar se há diferenças entre as duas variedades linguísticas.

Fonte: OLIVEIRA; ARAUJO, 2018.

É importante observar na Figura 02 (acima), no *box* ao lado da atividade, a informação sobre o atendimento à habilidade prevista na BNCC. Isso pode indicar uma necessidade das editoras, frente à implementação da BNCC, de tornar mais evidente, aos professores e aos gestores escolares, a adequação às exigências desse documento oficial.

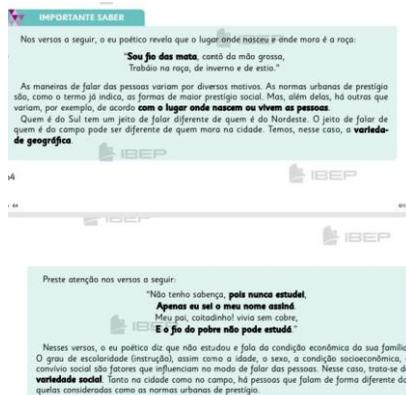
No volume do 8º ano, edição 2015, podemos observar que a variação linguística é abordada por meio da leitura dos gêneros textuais e nas atividades propostas. No primeiro capítulo, unidade 1, na parte “Trilha da oralidade”, página 31, o assunto é tratado a partir do estudo das gírias na Língua Portuguesa brasileira. Além de conceituar e exemplificar, o material didático traz um questionário sobre o uso de gírias, propondo uma discussão em sala de aula. Nas páginas 33 e 34, no *box* intitulado “Hora da pesquisa”, há uma atividade em grupo, que propõe fazer um levantamento sobre o uso de gírias de um determinado grupo social para montar um glossário, permitindo aos discentes analisar como a língua é utilizada de forma criativa, adequando-se às necessidades dos falantes. Essa atividade abre espaço para o professor falar com os discentes sobre a autenticidade das diferentes variedades linguísticas do Brasil, explicando que não existe apenas uma forma correta de falar, mas sim situações comunicativas que requerem e necessitam de uma adequação no uso da língua.

Na segunda unidade do livro, no capítulo 1, especificamente na página 61, temos o cordel “O poeta da roça”, do escritor nordestino Patativa do Assaré e, a partir desse gênero textual, se trabalha mais um pouco

sobre a variedade da língua. Nas páginas 64 e 65, no *box* “Na trilha da oralidade”, há uma atividade sobre o tipo de registro utilizado pelo poeta no texto, comparando-o ao uso de registro convencional das gramáticas normativas.

Logo em seguida, apresenta-se o *box* “Importante saber”, que traz informações sobre a variedade geográfica e a variedade social, tecendo comentário a respeito de como a maneira de falar das pessoas se modifica por vários motivos, sendo um deles o local onde vive, onde nasceu ou até mesmo a situação econômica. Percebemos que o livro trata o tema das variações de uma maneira bem breve, utilizando fragmentos do texto para ilustrar, como podemos observar na Figura 03, a seguir:

Figura 03: Trecho da atividade no livro didático do 8º ano (2015).



Fonte: OLIVEIRA; SILVA; SILVA; ARAUJO, 2015.

Julgamos que seria interessante estar presente uma descrição sobre o que é regionalismo, já que o texto registra vários dialetos da cultura nordestina. Também se faz necessária uma colocação de que não existe uma forma correta ou errada de falar e de escrever a Língua Portuguesa, uma vez que existem diferentes formas e devemos estar atentos ao uso dessas nas situações comunicativas, pois a língua é caracterizada por ser heterogênea e variável. Essas considerações, ausentes na materialidade do texto, devem ficar, portanto, a cargo do professor.

Na unidade 3, desse mesmo livro, na página 139, o tema da variação linguística aparece na atividade de interpretação de texto. No item “texto e contexto”, o tema está vinculado a uma fala do personagem e, a

partir dessa fala, há uma questão que pergunta sobre o uso convencional da língua e depois aparece uma seção apresentando as variedades linguísticas. Nessa atividade, o tema é tratado de uma forma breve e sucinta nesse material didático analisado, embora seja uma temática muito extensa e complexa.

De modo geral, o assunto da variação da língua no livro é vinculado aos gêneros textuais e às atividades de interpretação de texto. Dessa forma, percebemos que cabe ao professor e a escola desenvolverem novas formas de trabalhar a variedade linguística dentro da sala de aula, mostrando aos educandos o quanto a língua é dinâmica, como o homem tem a capacidade de modificá-la diante da sua necessidade e, principalmente, mostrando que a língua é a nossa identidade cultural, tratando de maneira respeitosa todas as diferenças com a finalidade de diminuir o preconceito linguístico.

Dessa maneira, mesmo que trate da variação de uma forma mínima, o livro contempla as orientações apresentadas nos PCN, principalmente no que se refere à determinação de que no ensino de língua “[...] o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção [...]” (BRASIL, 1998, p. 31).

Na edição de 2018, após a BNCC, o livro do 8º ano se apresenta como uma proposta didático-pedagógica pautada na construção do conhecimento de forma crítica, autônoma e reflexiva. Mesmo assim, aborda a variação linguística da mesma maneira da edição anterior, sendo vinculada aos gêneros textuais, porém com novas propostas de atividades. Na página 84, tem-se novamente o cordel “O poeta da roça”, de Patativa do Assaré, um texto marcado pelos dialetos nordestinos, e, a partir da leitura do texto, aborda-se um pouco a variedade geográfica e social.

Nesse material didático, percebemos que a variação da língua é explicada com base nos fragmentos retirados do cordel, exemplificando a variedade geográfica e social, da mesma forma que foi feita na edição anterior, de 2015. Nessa edição, porém, o livro orienta o professor sobre os aspectos que devem ser pontuados na discussão, conforme vemos na Figura 04.

Figura 04: Trecho do livro didático do 8º ano (2018).

De acordo com a BNCC, "o tratamento das práticas orais compreende: Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana. (BRASIL, 2017, p. 77)

Dessa forma, é importante refletir com os alunos sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem os poemas de cordel e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multimodalidade e a multisssemiose.

Trabalhe com os alunos os poemas de cordel, considerando-se as práticas sociais em que surgem e se perpetuam, bem como os sentidos que geram.

Fonte: OLIVEIRA; ARAUJO, 2018.

Novamente, destacamos, nessa edição, a estratégia de mostrar, por meio dos boxes que o livro se encontra alinhado com as orientações da BNCC, embora a temática da variação da língua seja trabalhada basicamente da mesma forma que no livro do 8º ano, na edição de 2015.

6. Considerações finais: tecendo reflexões sobre a prática escolar

Ao fazermos essa descrição das atividades e dos textos presentes nas duas edições da coleção *Tecendo Linguagens*, antes e após a BNCC, podemos elaborar, de forma comparativa, algumas reflexões.

Nos livros da 4ª edição (2015), antes da implementação da BNCC, percebemos que são poucas as orientações feitas aos professores para ministrar os conteúdos, carecendo de mais instruções, pois o livro é o instrumento que serve de suporte pedagógico. Já os livros da 5ª edição (2018) trazem mais referencial teórico e fundamentações alinhadas com as propostas da BNCC, listando as competências gerais e, também, específicas, além das habilidades. Embora os textos e as atividades presentes nas duas coleções sejam, muitas vezes, as mesmas, a edição publicada após a BNCC procura destacar, ao lado das atividades, o atendimento às exigências do documento regulador, em conformidade com os postulados teóricos da Sociolinguística.

Além dessas primeiras reflexões, é importante destacar quenão foram identificados, nas duas edições, capítulos que tratem da variação linguística como um tópico teórico de estudo. Entendemos que, certa-

mente, seria muito proveitoso se houvesse também essa perspectiva, pois assim haveria um espaço para uma discussão mais aprofundada sobre a importância do respeito às variedades da língua. Isso porque sabemos que o livro didático é o recurso mais utilizado por professores da educação básica e que, embora não seja o único, é a ferramenta essencial no processo de ensino e aprendizagem. Em geral, os docentes utilizam esse material didático para auxiliar na preparação de aulas, no planejamento anual e para montar as avaliações.

A discussão que trazemos, aponta, portanto, algumas diferenças e também semelhanças em relação às duas edições do livro analisado. No que concerne ao ensino das variações, devemos entender que o material didático faz algumas abordagens, que, ainda assim, são insuficientes. Sendo assim, cabe ao professor saber utilizar de forma estratégica esse recurso, não se prendendo totalmente ao que oferece os manuais.

Mesmo havendo uma tendência nesses materiais de atenderem aos pressupostos dos documentos reguladores, como os PCN e a BNCC, o corpo docente e a gestão escolar devem adequar o uso do livro à realidade local. De toda forma, a discussão da variação linguística incorporada nos materiais, mesmo que ainda de forma parcial, já traz elementos importantes com relação ao ensino de língua materna nas escolas. Isso porque a abordagem utilizada nos livros e as orientações presentes nas obras podem ser um fator acionador de atitudes linguísticas positivas ou negativas em relação às variedades linguísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tânia. Sociolinguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 23-46 (v. 2)

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegamos na escola, e agora? Sociolinguística & Educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Curricular Comum*. Brasília-DF: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília-DF: MEC/SEF, 1998.

CALVET, L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. de Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola, 2002.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

GONZÁLEZ, C. A.A. Variação linguística em livros de português para o EM. In: ZILLES, A.M.S; FARACO, C.A. (Org.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015. p. 225-45

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo, Contexto, 2008.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

OLIVEIRA, T. A., SILVA, E. G. O, SILVA, C. O, ARAUJO, L. A. M. *Tecendo linguagens: Língua Portuguesa*. 4. edição. São Paulo: Ibep, 2015.

OLIVEIRA, T. A., ARAUJO, L. A. M. *Tecendo linguagens: Língua Portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Ibep, 2018.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].